

171.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5.ª LEGISLATURA, EM

16 DE SETEMBRO DE 1963

PRESIDÊNCIA do Sr. Ciro Albuquerque

SECRETÁRIOS Srs. Floro Pereira da Silva e Januário Mantelli Neto

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 17.00 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Adhemar Monteiro Pacheco — Alfredo Ignácio Trindade — Parabollini Júnior — Antônio Donato — Araripe Serpa — Augusto do Amaral — Benedito Matarazzo — Camillo Ashea — Carlos Kheilkian — Carlos René Egg — Arruda Castanho — Chopin Tavares de Lima — Cid Franco — Costabile Romano — Ciro Albuquerque — Diogo Nomura — Lot Neto — Fernando Mauro — Fioravante Iervolino — Floro Pereira da Silva — Francisco Amaral — Francisco Franco — Scalamarand Sobrinho — Gilberto Geraldo Siqueira Lopes — Hélio Bernardi — Homero Silva — Ioshifumi Utiyama — Israel Dias Novais — Jacob Zveibili — Jamil Góia — Januário Mantelli Neto — Jayme Daige — João Hornos Filho — Mendonça Falcão — Joaquim Gouveia Franco Júnior — Cruz Secco — Amarel Gurgel — Blota Júnior — José Felício Castellani — Archemeder Lammóglia — José Luiz Cembranelli — José Lurtz Sabia — José Rosa da Silva — José Sidney Cunha — José da Silveira Sampaio — Juvenal de Campos — Leônido Ferraz Júnior — Lúcio Casanova Neto — Modeste Guglielmi — Murillo Sousa Reis — Nelson Pereira — Avallone Júnior — Omair Zomignani — Orlando Iazetti — Oswaldo Rodrigues Martins — Oswaldo Santos Ferreira — Oswaldo Massei — Paulo Plauet Buarque — Pedro Geraldo Costa — Pinheiro Júnior — Raul Schwinden — Cardoso Alves — Roberto Gebara — Shiro Kyono — Sival Antunes de Souza — Sólton Borges dos Reis — Valério Giuli — Venício Camillo Giacchini — Leônidas Umburanas — Leônidas Camarinha — Santilli Sobrinho — Muzatti Elias Antônio e José S. Julianeli, e ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Altimar Ribeiro de Lima — Antônio Morimoto — Ariovaldo Roscetto — Realindo Corrêa — Cássio Ciampolini — Conceição da Costa Neves — Domingos José Aldrovandi — Esmeraldo Soares Targino de Campos Filho — Francisco Salgot Castillon — Galileu Bicudo — Gualberto Moreira — Gustavo Martini — Hilário Torloni — Jamil Dualibi — João Batista Botelho — Chaves de Amarante — José Costa — José Jorge Cury — José Garcia — Lauro Gomes de Almeida — José A. Z. Machado — Leônidas Ferreira — Manoel Joaquim Fernandes — Mario Telles — Maurício Leite de Moraes — Nabi Abi Chedid — Nadih Kenan — Nagib Chaib — Onofre Gosuen — Orlando Zancaner — Paulo Nakandakare — Pedro Paschoal — Renato Cordeiro — Almeida Barbosa — Ubirajara Keutenedjian — Lopes Ferraz — Wilson Lapa — Odilo A. Siqueira — Aristides Troncoso Peres — Nelson Ferreira Costa e Olavo H. de Moura.

O SR. PRESIDENTE — Convidado o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

— Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. ARRUDA CASTANHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — É para tratar de assunto referente à Ordem do Dia?

O SR. ARRUDA CASTANHO — Peço a palavra por delegação do meu líder, como líder de bancada.

O SR. PRESIDENTE — Para tratar de assunto pertinente à Ordem do Dia?

O SR. ARRUDA CASTANHO — Para tratar de assunto da mais alta importância para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Nobre deputado Arruda Castanho, a Presidência não pode dar a palavra pela ordem depois de anunciada a Ordem do Dia.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Peço a palavra para falar sobre o artigo 18, que trata dos bons andamentos dos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Arruda Castanho.

O SR. ARRUDA CASTANHO — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, são duas as reclamações que quero fazer a V. Exa. A primeira é quanto ao horário de abertura das sessões. O Regimento declara taxativamente que para a segunda sessão, das 17.00 horas, não há prorrogação. No entanto, as sessões têm sido abertas com 10, 15 minutos de atraso.

A segunda reclamação diz respeito à defesa do decóro desta Casa, o que compete ao Sr. Presidente da Assembleia.

Tivemos notícias, pelos jornais, de que o Sr. Governador de São Paulo, Dr. Adhemar de Barros, em discurso proferido na cidade natal de V. Exa., Itapetininga, e, segundo consta, ao lado de V. Exa., que é Presidente desta Casa e deve defender o decóro e o bom nome desta Assembleia, usou de expressões que vêm atingir o Poder Legislativo. Entre elas, disse que só 10% da Assembleia é aproveitável. Aliás, S. Exa. está acostumado com 10%. Isso já se tornou até um reflexo condicionado. Poderia ter falado 13 ou 14%, mas a questão ali é de 10%. Assim, se S. Exa. estava sóbrio, se S. Exa. não tinha bebido em algum coquetel, S. Exa. feriu frontalmente a Assembleia Legislativa do Estado, feriu o de-

coro desta Assembleia. Quando ousou um governador de São Paulo ofender publicamente, num comício do qual participava o Presidente deste Poder, na terra natal ou na terra de adoção do Presidente da Casa, a Assembleia Legislativa de São Paulo? Não posso acreditar, que V. Exa. estivesse naquele palanque ou tivesse ouvido as palavras do Sr. Governador, porque então eu iria acusá-lo de tibio, de débil, iria acusá-lo de um deputado que não defende o corpo legislativo a que preside. Não chego a acreditar, Sr. Presidente, que V. Exa. estivesse presente. Não posso crer que V. Exa. estivesse presente. Mas acredito no que a imprensa publica, isto é, que o Sr. Adhemar de Barros disse que 10% desta Casa é aproveitável, o que, como disse, é um reflexo condicionado, pois 10% é a taxa sempre usada nas "caixinhas".

Neste caso S. Exa. vem atingir a Assembleia Legislativa de São Paulo e não é possível que não sinta a nossa repulsa. O Sr. Adhemar de Barros há de querer mandar a esta Casa o seu orçamento, para os 10% que ele acha sejam suficientes para sua aprovação. S. Exa. tem problemas administrativos do Estado, que há-de mandar para os 10%, talvez do P.S.P. Talvez S. Exa. coloque nesta porcentagem o deputado Cembranelli, oriundo da U.D.N. Por isso, Sr. Presidente, este é assunto que vem ferir a Assembleia.

É doloroso que o Chefe do Executivo do Estado mais importante da Federação tenha coragem de ir a um palanque para ofender o Poder Legislativo. Saiba o chefe político de V. Exa., nobre deputado Ciro Albuquerque, que nesta Casa os Srs. deputados estão na estacada para fiscalizar os desmandos do Sr. Adhemar de Barros, para fiscalizar os desmandos dos seus secretários e não é com xingação, com ofensas, com baboseiras, com fanfarrônicas peculiaridades a esse Governador fanfarrão, a esse Governador acostumado à intemperança da linguagem, que esse Governador pode tripudiar sobre a Assembleia Legislativa de São Paulo. Posso afirmar, Sr. Presidente, que V. Exa. não esteve presente a esse comício... Quando o Sr. Jânio Quadros era Governador de São Paulo, ofendeu certa vez um deputado desta Casa. E este deputado, que é janiista, veio aqui para defender o Poder Legislativo. Por isso não posso acreditar que V. Exa. embora ademarista, tenha ouvido essas ofensas ao Poder Legislativo e não as tenha revidado à altura. V. Exa. não ouviu, mas o Sr. Adhemar de Barros falou. V. Exa. vai ver aqui o que ele fará com os 10% de peçepistas bons e com o restante que ele despreza. Ele vai ver o tróco do Poder Legislativo. Ele vai ter necessidade de respeitar um Poder que deve viver em harmonia com os outros poderes. Poderemos ser adversários do Sr. Adhemar de Barros, mas nenhum de nós baixou a esta linguagem. A menos que S. Exa., já sexagenário, esteja caduco, a menos que S. Exa. não estivesse sóbrio. Só assim poderíamos acreditar que tivesse ofendido o Poder Legislativo. Peço a V. Exa. que se dispa da condição de membro do Partido Social Progressista, de amigo do Sr. Adhemar de Barros, de homem que talvez pretenda suceder ao Sr. Adhemar de Barros, eis que V. Exa. anda nessas andanças quixotescas ademaristas pelo interior. Peço que V. Exa. como membro do Poder Legislativo, como Presidente desta Casa, transmita ao Sr. Adhemar de Barros a repulsa da maioria livre desta Casa, que não admite ofensas do Governador de São Paulo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Nobre deputado Arruda Castanho, a Presidência, respondendo à questão de ordem de V. Exa. inicialmente sobre o horário de abertura dos trabalhos desta Casa, informa que se atém ao Artigo 114, parágrafo 2.º, que diz: "Verificada a presença de, pelo menos, um terço dos membros da Assembleia, o Presidente declarará aberta a sessão; em caso contrário, aguardará, durante 15 minutos...". Deputado Arruda Castanho, se no caso em apreço, quanto a primeira sessão, é facultado à Presidência aguardar 15 minutos, por analogia a Presidência poderá aguardar 15 minutos para o início da sessão das 17 horas. Quanto à segunda parte da questão de ordem, a Presidência informa que realmente o ilustre Governador Adhemar de Barros esteve em visita a cidade de Itapetininga, sábado último, proferindo uma oração no decorrer da qual não fez a afirmativa a que V. Exa. alude. A Presidência esteve ao lado do Governador, no decorrer de toda a sua oração, e pode afirmar a V. Exa. que o Sr. Adhemar de Barros, em Itapetininga, que é também a terra de representação dos ilustres deputados Araripe Serpa, Israel Dias Novais e José Sidney Cunha, não fez essa afirmação.

O SR. BLOTA JÚNIOR — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não conhecemos o ardor tribunicio do deputado Arruda Castanho e não estaríamos aqui tentando responder a S. Exa., cujos arroubos na tribuna, sempre nos empolgam e nos convencem. E S. Exa. um dos poucos deputados que efetivamente acreditam no Poder Legislativo, acredita que este Poder deve ser preservado na sua inteireza e na sua expressão. Não sabemos, até o momento, se o Sr. Governador do Estado proferiu ou não as palavras consideradas desprimorosas por S. Exa. ao decóro,

ao prestígio e ao próprio conceito ético desta Casa. Entretanto, gostaríamos de ouvir o nobre deputado Arruda Castanho em outras ocasiões, porque estamos ao seu lado intransigentemente na defesa do prestígio do Poder Legislativo (muito bem), mas não apenas quando o Governador do Estado se retrai em termos menos primorosos a este Poder. Temos ouvido duras e acerbas críticas ao Poder Legislativo, aqui mesmo nesta sala, aqui mesmo neste microfone. Não têm sido poucos os Srs. deputados que, muitas e muitas vezes, até de forma irrefletida, ocupam a tribuna em questões de ordem e literalmente, Sr. Presidente, — é possível que o termo não seja muito parlamentar — desancam o decóro desta Assembleia, sem que palavras tão indignadas se levantem em protesto e em defesa do Poder Legislativo.

Há poucos dias um deputado desta Casa teve expressões muito primorosas, não capitulou porcentagem de deputados aproveitáveis, mas considerou a Assembleia Legislativa como inoperante, como absolutamente inexistente perante compromissos que haviam assumido para com o povo paulista. A nossa imprensa, e me incluo entre aqueles que trabalham em casa de imprensa, em noticiário, comentários, críticas — não tem poupado absolutamente conceitos inteiramente desfavoráveis à Assembleia Legislativa e protestos indignados já se fizeram ouvir neste Plenário, baseados nos, louvando-nos nas palavras de V. Exa., o Governador do Estado não teria dito expressão menos feliz sobre a Assembleia Legislativa. Estamos de acordo com o deputado Arruda Castanho no sentido de que, sempre que o prestígio deste Poder seja arranhado, nos levantemos todos, a uma só voz, para defender a estrutura moral, política e social desta Assembleia, mas não apenas por causa do Governador do Estado. V. Exa. revisará as notas taquigráficas do deputado Arruda Castanho e verá que há pelo menos cinco ou seis insultos de alto calibre assacados ao Sr. Governador do Estado. Desta tribuna se têm levantado as maiores inectivas, as maiores acusações contra o Governador do Estado. No dia em que o Sr. Governador do Estado tem uma expressão menos feliz sobre a Assembleia Legislativa, não há necessidade de se agir como se tivesse caído o teto sobre todos os deputados desta Casa.

Quero alertar a Assembleia Legislativa, de que o vice-líder do P.S.P. também não permitira mais que os Srs. deputados venham pregar lições de moral ou distribuir as suas reprensões e as suas repreensões contínuas sobre a Assembleia Legislativa, como o tem feito até o presente.

Não falarei o Sr. Governador — se é que o tenha feito —, mas não falarei também ninguém aqui dentro, sobre o decóro e o prestígio desta Assembleia, porque temos de começar, aqui dentro, a dar o exemplo de respeito.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS — (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente e Srs. deputados, venho à tribuna da Assembleia, credenciado pelos coze integrantes da minha bancada, o Partido Democrata Cristão, para focalizar este assunto que reputamos da mais alta importância para as boas relações entre o Executivo e o Legislativo, relações essas que exigem, principalmente, o respeito recíproco.

Acaba V. Exa. de diminuir a dúvida levantada pelo nobre deputado Arruda Castanho, quanto ao que teria ocorrido em Itapetininga, e a palavra de V. Exa. é suficiente para nós, a fim de esclarecer qualquer dúvida a respeito.

Ocorre, no entanto, que os jornais registram o fato como tendo ocorrido na cidade de Itapetivinga. Então ali, a julgar pelo que diz a imprensa, que para nós merece realmente inteira fé, teria S. Exa., o Sr. Governador do Estado, se excedido nas suas referências ao Poder Legislativo, não se limitando a referir-se a determinado elemento deste Poder, mas referindo-se, realmente, a todo o Poder Legislativo, num sentido pejorativo na sua crítica.

Ora, a bancada do P.D.C. entende que o fato é grave, mesmo porque inédito nos anais da vida política do nosso Estado.

Assim, é verdade, como disse o nobre deputado Blota Júnior no brilhantismo da sua oratória, que nesta Casa se tem feito, simultaneamente, censuras à atuação do próprio Poder Legislativo, como também se tem feito críticas ao Dr. Adhemar de Barros, atual governador do Estado.

Ora, é principalmente função desta Casa fazer a sua auto-crítica e penitenciar-se dos seus próprios pecados, ela que tem virtudes e que também tem defeitos, como todo órgão colegiado. Ninguém lhe pode furar este modo de proceder, que se não for inspirado por intentos demagógicos, há de ser útil ao melhor trilhar do bom caminho para a Assembleia Legislativa.

O que acontece, no entanto, é que nesta Casa se têm feito críticas à pessoa do Sr. Governador, mas jamais se pôs em dúvida a legitimidade do Poder Executivo; nunca investimos contra o Poder em si, enquanto que nas suas críticas que teriam sido feitas em Itapetivinga, a investida governamental envolveria a Assembleia Legislativa como poder representativo que é do regime democrático, eis que a democracia, como a entendemos, se caracteriza também pela manifestação livre da vontade popular; nos órgãos colegiados. Encontramos na ditadura

o Poder Executivo, mas não encontramos o Legislativo, com as prerrogativas e características como bem V. Exa. tem pregado pelo interior do Estado.

Isto posto, solicitamos a V. Exa. na alta condição de Presidente deste Poder, que convoque a Mesa desta Assembleia, para tomar pé da situação reinante, de maneira a preservar sempre o bom nome desta Casa, e que, se assim julgar conveniente, convoque também os líderes das diferentes bancadas com assento neste Palácio, para que o bom nome da Assembleia e o decóro do Poder Legislativo sejam sempre mantidos altos, e que a harmonia e o respeito recíproco entre os poderes sejam cada vez mais uma realidade.

Assim, a pregação de V. Exa., que tem sido feita nos quatro pontos do Estado, também uma vez encontrará eco no seu comportamento, na curul presidencial a que o guindaram a confiança e a esperança dos seus pares. (Muito bem!)

O SR. AUGUSTO DO AMARAL — (Para reclamação) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o fato de encontrar no noticiário dos jornais uma referência à cidade de Itapetivinga, e dada a circunstância de me encontrar naquela cidade quando o Sr. Governador, em companhia de V. Exa., ali compareceu para fazer uma visita que, como S. Exa. teria declarado, seria eminentemente particular, — e S. Exa. acabou fazendo um comício em praça pública — julgo de meu dever comparecer a esta tribuna, a fim de esclarecer os fatos como são do meu conhecimento, neste instante.

Sr. Presidente e Srs. deputados, se houve uma referência do Governador Adhemar de Barros relativamente a nossos colegas desta Assembleia estou seguro de que não foi em Itapetivinga. Não ouvi o seu discurso, pois não estava na cidade naquele momento. O nosso comício foi realizado à noite, com início às 8 horas. E o comício foi iniciado e concluído sem dificuldades, e, por sinal, com grande êxito, e ninguém mencionou o fato. Note-se que apoiamos o candidato da oposição. Normalmente o caso seria explorado.

Mas, não tive oportunidade de ouvir nenhuma referência, qualquer que fosse, sobre a Assembleia. Ouvi, particularmente, uma gravação parcial do discurso, e nessa gravação verifica-se que houve algumas interferências, o que a torna viciada. Portanto, não me encontro, neste momento, em condições de afirmar se é exata ou se é falsa a afirmação. Apenas cumpre-me dizer que não ouvi nenhuma referência sobre o assunto e que tendo estado na cidade logo em seguida à partida do Governador, isso indica que não houve a afirmação.

Essa gravação deverá recebê-la amanhã. Então, terá prazer em encaminhá-la a V. Exa., Sr. Presidente, para que V. Exa. conheça a verdade sobre este momentoso caso.

Quanto à afirmação atribuída ao Sr. Adhemar de Barros, creio tratar-se de confusão de quem a teria ouvido. Cada um tem o direito de julgar seus conhecidos, os que o cercam, bem ou mal. Não acredito que o Dr. Adhemar de Barros tivesse entretanto esse pensamento a respeito desta Assembleia.

Tenho tido, nestes poucos meses, alguns contactos com S. Exa., como líder de bancada, pois oferecemos o nosso apoio a seu governo, e jamais ouvi qualquer referência que significasse desdouro para esta Assembleia.

Afirmamos, neste momento, que não temos conhecimento desse fato. Soube, ainda agora, por telefone, que não houve qualquer afirmação semelhante.

O SR. ISRAEL DIAS NOVAIS — (Para reclamação) — Sr. Presidente, não fóra a modestia tão nossa conhecida do deputado Augusto do Amaral e S. Exa. teria vindo aqui, na oportunidade do seu aparte, fazer a revelação que nós todos esperávamos, porque, na verdade, Sr. Presidente, o responsável pela alusão desprimorosa do Chefe do Poder Executivo a esta Casa foi exatamente o deputado Augusto do Amaral. E explicou a V. Exa., Sr. Presidente, o Sr. Chefe do Poder Executivo, na honrosa companhia de V. Exa., percorreu exatamente a região Sul do Estado, onde V. Exa. opera com tanto brilho, onde o deputado Araripe Serpa e eu operamos, com brilho inferior, e onde o ilustre deputado Augusto do Amaral opera incomparavelmente. (Risos).

Muito bem. A segunda cidade percorrida pelo Sr. Dr. Adhemar de Barros foi precisamente a cidade de Itapetivinga e o que houve em Itapetivinga, Sr. Presidente, foi o seguinte: em primeiro lugar, houve o comício do Chefe do Executivo Estadual, o Governador Adhemar de Barros. Posso assegurar a V. Exa. que foi um comício razoável, médio, e só não foi um comício mediocre em face da presença de V. Exa. que realmente desfruta de um prestígio que salva o prestígio da chefia do Executivo. Mas, acontece que na mesma praça, na mesma noite, instantes depois, fazia o nobre deputado Augusto do Amaral o seu comício de Itapetivinga, que foi uma maravilha, com afluência de povo como eu testemunho a esta Casa, não se havia ainda verificado naquela cidade. Então, o contraste entre o homem que tudo tem e aquele que tem muito pouco, que é um simples deputado desta Casa, irritou de tal maneira o Chefe do Executivo que S. Exa., na cidade seguinte, afirmou que havia 10% de deputados que se salvavam e seguramente não incluiu nos 10% o homem que o havia arrazado em Itapetivinga, Augusto do Amaral. (muito bem!).